

## RESPOSTA AO RECURSO

REGULAMENTO DA CONSULTA A COMUNIDADE PARA A ESCOLHA DO REITOR(A) E DIRETORES(AS) GERAIS DE CAMPUS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PARA O PERÍODO DE 2018-2022.

Recorrente: Ozenice Silva dos Santos – Voto em trânsito

### Manifestação da Comissão

Em breve relatório, trata-se de pedido de recurso ao Regulamento Eleitoral do Ifbaiano 2018-2022 interposto pelo(a) servidor(a) Ozenice Silva dos Santos, pelo que se entende, requerendo que a comissão contemple no regulamento a possibilidade do eleitor votar fora de seu local de trabalho. A recorrente justifica que esta medida garante o direito de escolha para membros da comunidade acadêmica que estejam distantes de seu campus de estudo ou trabalho.

A Comissão manifesta-se pela tempestividade da interposição e pela resposta ao recurso.

É o breve relatório.

Passa-se à análise das razões do recurso.

Compulsando-se os autos, dos argumentos apresentados pelo(a) recorrente, esta Comissão aponta preliminarmente que o Regulamento Eleitoral em epígrafe garante a oportunidade de votação a todos os membros da comunidade acadêmica deste Instituto, não havendo nenhum impedimento ao exercício do direito de votar. Dito isto, tendo em vista que os dados de servidores e discentes não estão compilados em bases de dados que sejam constantemente submetidas a atualizações periódicas e cruzamentos de informações de forma sistemática, com objetivo de tão somente estabelecer um processo onde não haja margem para fraudes, o que poderia ser favorecido em face da impossibilidade material de realizar a logística necessária para viabilizar a possibilidade de todo e qualquer eleitor manifestar seu voto mesmo não estando no campus no qual este desenvolve suas atividades laborais e/ou acadêmicas. Ademais, visando assegurar o direito ao sigilo e a inviolabilidade do voto, direitos que poderiam ser atingidos, esta Comissão, visando preservar a lisura de todo o processo eleitoral, decidiu por não prever a possibilidade do voto em trânsito. Por fim, em resposta ao argumento exposto pela recorrente de que a possibilidade do voto em trânsito é viável por conta de que este já ter sido adotado no pleito para a escolha dos Conselheiros do Consup, ressaltamos que são processos que não guardam correlação alguma, uma vez que possuem objetivos e complexidades que não podem ser objeto de comparação.

Assim referido, esta Comissão se manifesta pela total improcedência do recurso sob análise

Sem mais.

Salvador-BA, em 06 de novembro de 2017

Diego Barreto Reis

Presidente da Comissão Eleitoral Central